



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória –21ª Reunião Ordinária

Data: 31/07/2008, das 10:00 às 13:00h.

Local: 2ª Câmara do Centro Cultural Evandro Lins e Silva – edifício da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Célia Maria Farias Vieira - MDS
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elizabeth Marins – Ipea
- Fábria Oliveira Martins de Souza – SPM
- Gleyse Peiter – Furnas
- Inajara Ferreira – MJ
- Kátia Maria Borges Fidalgo – MCid
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lourdes Leitão – Fórum organismos/estados
- Luana Simões Pinheiro – SPM
- Lúcia Helena Rincon Afonso – CNDM
- Lúcia Maria Rodrigues Mendes – Secom
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Maria Fernanda Wanick – MJ
- Maria Márcia S. Leporace – SPM
- Masra de Abreu Andrade – SPM
- Natália de Oliveira Fontoura – Ipea
- Regina Coeli Viola – MS
- Renata Leite – MDA
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – CNDM
- Rosali Scalabrini – Fórum organismos/municípios
- Rosana Medeiros de Oliveira – MEC
- Rosimere Teles – CNDM
- Sônia Malheiros Miguel – SPM
- Taís Cerqueira Silva – SPM

1. Aprovação da memória da 20ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada sem ressalvas.

2. Debate sobre Cras/Creas/Centros de Referência

A reunião se iniciou com a retomada da discussão – já realizada na 20ª reunião ordinária – sobre as dificuldades na definição de papéis dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), dos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (Creas) e dos Centros Especializados de Referência para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CR).

A coordenadora do Comitê apresentou a proposta de que fosse realizado um encontro nacional – em parceria com o MDS – para avaliação desta questão, com a participação de representantes dos governos federal, estadual e municipal.

A representante dos organismos estaduais de políticas para as mulheres pelo Maranhão destacou que o estado teve três dias de capacitação com gestoras municipais nos quais foram apontadas diversas dificuldades na relação entre os serviços especializados para as mulheres e os centros de referência da assistência social. Informou que houve momento para discussão deste tema com a Secretaria Estadual de Assistência Social (SAS) e que já existe uma articulação entre a SAS e a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (Semu) para participação em todos os processos de capacitação conduzidos pela assistência. Nesse sentido, a Semu já participou de dois encontros de capacitação dos servidores dos Cras e Creas e um dos que atuam no Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). A participação da Semu nestes encontros tem sido avaliada positivamente, pois muitos/as dos gestores/as não tinham qualquer conhecimento sobre a temática de gênero. Há proposta, junto à SAS, de que seja feito um encontro com gestores estaduais no qual se possa discutir esta questão. Lembrou, ainda, que este é um problema que remete à vinculação das coordenadorias/secretarias de mulheres às secretarias de assistência social e não aos gabinetes dos governadores e prefeitos.

A representante do MDS informou que este debate foi levado para o Ministério e que a sugestão que ela faz é de que se convidem pessoas das áreas específicas para virem ao Comitê discutir a questão. Houve tentativa de que elas estivessem presentes na 21ª reunião, mas não foi possível. No entanto, há total disponibilidade e interesse para que isso ocorra no futuro. Por não ter certeza de que a realização de um encontro nacional é a melhor estratégia a ser adotada, sugeriu que as pessoas responsáveis pelos Cras e Creas no Ministério se reunissem com representantes da área de capacitação no MDS e com a SPM para construir uma proposta de debate com estados e municípios que depois fosse apresentada ao Comitê do PNPM. Tal proposição foi aprovada pelo pleno do Comitê.

Neste sentido, a representante da Subsecretaria de Enfrentamento da Violência da SPM destacou que esta é uma discussão que já vem sendo feita com o MDS no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Há uma definição conjunta de que nos municípios com menos de 50 mil habitantes não se trabalharia com Centros de Referência Especializados para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, mas se utilizariam as capacitações conduzidas pelo MDS como forma de incorporar a perspectiva de gênero nos Cras e Creas, já que estes possuem uma grande capilaridade no território brasileiro. Manifestou sua preocupação com a realização de um encontro nacional neste momento por acreditar que ainda existem vários pontos que precisam ser discutidos no governo federal, antes de serem levados para debate com as esferas subnacionais. Destaque-se, neste caso, a necessidade de uma melhor definição dos papéis de cada serviço e do fluxo a ser estabelecido entre eles, bem como da melhor forma de aproveitar as capacitações do MDS, já que eles têm uma forma própria e tradicional de realizar tais eventos.

A representante dos organismos municipais de políticas para as mulheres por Campinas lembrou que esta é uma questão que traz graves problemas para quem está na ponta. No próprio município de Campinas – cuja população é de 1,2 milhão de habitantes –, há demanda por mais um CR, mas há um entendimento de que deve ser um Creas e não um serviço especializado para

as mulheres. Há necessidade de mudança de paradigma em relação ao modelo de família adotado e ao papel da mulher no interior deste núcleo. É preciso, portanto, que este debate se inicie pelo governo federal – que dita as diretrizes para o atendimento no espaço local – e que isso seja feito imediatamente, pois se faz necessário orientar estados e municípios sobre a melhor maneira de agir. Na mesma linha, uma das representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ressaltou que é fundamental que o governo federal defina as diretrizes nacionais de funcionamento dos serviços para que cada estado não siga implementando as políticas da forma que julga mais conveniente.

A Subsecretária de Planejamento da SPM reiterou que a proposta do encontro é de um evento político para definição de diretrizes, e não um evento de capacitação. Diante do exposto, a SPM propôs que até a próxima reunião do Comitê seja marcada uma agenda entre a Secretaria e o MDS com representantes do Fórum de organismos, para que seja traçada a melhor estratégia para o encontro nacional.

Já a representante dos organismos estaduais de políticas para as mulheres pelo Acre apresentou sua concordância com a realização do Encontro e reforçou a importância deste debate, não do ponto de vista teórico, mas da perspectiva das oportunidades que se abrem nos Cras e Creas para políticas para mulheres. Para ela, se o foco for a discussão de família e atendimento nos serviços da assistência social, corremos o risco de ter poucos avanços, motivo pelo qual sugere envidarmos esforços para aproveitar as oportunidades geradas.

Para as representantes da Subsecretaria de Articulação Institucional da SPM e do Ministério do Trabalho, a forma de atuação das instâncias do MDS e do MTE reflete uma lógica que preside a implementação dos programas sociais do governo federal de modo geral. A unidade “família” tem sido historicamente a unidade privilegiada das políticas e isso leva a uma invisibilização das necessidades e demandas de grupos específicos. O esforço a ser empregado no momento deveria considerar o entendimento de que os centros de referências são muito específicos e distintos dos Cras e Creas. É preciso fazer um recorte de gênero dentro da perspectiva familista, colocando a questão da mulher como um foco. As lógicas de atuação hoje existentes devem ser passíveis de mudança. É papel da SPM atuar para a alteração destas lógicas, de modo a que novas questões possam ser incorporadas.

Por fim, foi destacado, pela representante do MDS, que é necessário considerar, neste processo, a existência de diversos atores que estão diretamente envolvidos com a questão. Nesse sentido, é importante incorporar as diferentes instâncias da assistência social, uma vez que o Ministério tem papel importante no debate, mas a assistência social tem instâncias próprias (executivas e colegiadas) que definem, em conjunto com a direção do MDS, as linhas de atuação. É importante considerar que até bem pouco tempo atrás, a assistência social era orientada por uma lógica assistencialista e que, portanto, ainda existem alguns vícios e distorções daí decorrentes. Faz-se fundamental, então, abrir espaços para este debate e o MDS está totalmente disponível para tanto. Seria importante, portanto, que o Comitê pudesse articular com as instâncias da assistência social do MDS, mas também dos estados.

3. Aprovação da proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Como terceiro ponto de pauta, foi apresentada ao Comitê a proposta de incorporação no II PNPM de um conjunto de novas ações sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Passou-se à avaliação da proposta de plano de ações e da consequente incorporação do Ministério ao Comitê do PNPM.

Iniciando o debate, a representante da Casa Civil informou que recebeu o Decreto da SPM que altera a composição do Comitê para contemplar o IBGE e a CEF e que houve uma consulta formal ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, que concordaram com a participação dos órgãos no Comitê. Ressaltou, ainda, que a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil questionou o tamanho supostamente excessivo do Comitê. A

preocupação no caso seria a ampliação do tamanho da instância, com uma participação efetiva reduzida.

A representante do MJ concorda com a ponderação sobre o tamanho do Comitê, mas destacou que não vê como seria possível fazer o monitoramento das ações sem uma representação do MAPA. Na mesma linha, a representante do MDS defendeu que o Ministério seja incorporado ao Comitê, pois este seria o objetivo final do Plano: agregar cada vez mais parceiros no desenvolvimento de políticas para as mulheres.

Houve concordância do pleno do Comitê quanto a esta questão, sendo destacado pela representante da Casa Civil que o convite formal ao MAPA só poderia ser feito após a publicação do Decreto que altera a composição do Comitê. Até lá, o Ministério poderia participar na condição de convidado.

Após o debate definiu-se pela: i) aprovação das ações propostas pelo MAPA; ii) incorporação do MAPA ao Comitê; e iii) envio de nova Exposição de Motivos à Casa Civil para publicação de apenas um novo Decreto, incorporando IBGE, CEF e MAPA.

4. Documento de avaliação do I PNPM

Em relação ao documento de avaliação dos três anos de implementação do I PNPM, foi destacado que o prazo dado para que ministérios e secretarias enviassem suas contribuições se expirou no dia 25/07, data na qual a SPM ainda não havia recebido qualquer contribuição.

Foi lembrado a todas/os as/os integrantes do Comitê que se este documento não for lançado, ficaremos sem qualquer documentação do ano de 2007, pois não houve preenchimento do Sistema e nem produção de relatório específico. A representante do CNDM lembrou, ainda, que o ano de 2008 está findando e que a inexistência deste tipo de relatório levará a uma pressão cada vez maior por parte dos movimentos sociais.

Combinou-se, então, que o novo prazo para envio de contribuições seria o dia 21/08 e que uma primeira proposta de documento seria apresentada na próxima reunião ordinária do Comitê, no dia 28/08.

5. Apresentação do Simec-PNPM

Em seguida, foi apresentado o módulo de monitoramento do PNPM no Simec/SPM. Foi informado que o II Plano já foi carregado no Sistema e que todo o Comitê poderia acessá-lo no modo “consulta”, uma vez que ainda são necessárias algumas adaptações antes que o mesmo esteja em completo funcionamento. Para tanto, cada representante deveria solicitar uma senha de acesso diretamente no Sistema. Informou-se, ainda, que a SPM está contratando um consultor para fazer os ajustes necessário no módulo do PNPM.

6. Ações prioritárias

Neste ponto de pauta, foi apresentado a todo o Comitê a listagem final de ações prioritárias, construída a partir das contribuições recebidas de praticamente todos os ministérios e secretarias parceiros no II PNPM. Chegou-se a um total de 119 ações que terão prioridade de implementação no ano de 2008.

Para este conjunto de ações deve ser construída uma metodologia de monitoramento específica. Neste sentido, a SPM informou que já iniciou conversas para que o modelo de monitoramento do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) possa ser replicado para o II PNPM, uma vez que é bastante interessante e completo. Este modelo foi desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Ministério da Justiça, e poderia ser usado como base para o que se pretende no II PNPM.

Ainda que de forma preliminar, algumas questões importantes – e que devem ser levadas em consideração no desenvolvimento de uma metodologia desta natureza – foram levantadas na reunião:

- a) no caso de ações conjuntas, é de fundamental importância que se defina qual o papel de cada órgão na implementação da ação;
- b) o monitoramento será feito primordialmente a partir do módulo do PNPM no Simec, então é necessário que se tenha espaço para informações quantitativas (execução física e financeira), mas também qualitativas (o que se está fazendo. Por exemplo: ainda que não tenham sido atendidas X mulheres com uma determinada ação, já foram realizadas Y reuniões e assinados W termos de cooperação para a concretização do programa ou projeto). Importante definir com bastante cautela a quantidade de informações que se deseja ter, por conta da sobrecarga de atividades que todas/os as/os integrantes do Comitê têm;
- c) em relação a indicadores, concluiu-se que, assim como no I PNPM, é importante trabalhar na construção de indicadores por ação. Estes poderão ser de natureza quanti ou qualitativa, mas devem estar relacionados a algo que efetivamente se poderá medir e, assim, acompanhar. Uma primeira iniciativa neste sentido seria um levantamento – realizado por cada órgão – de tudo aquilo que se tem em termos de indicadores na instituição;
- d) no que se refere à periodicidade de envio de informações sobre cada uma das ações prioritárias, foi destacado que é importante considerar que esta definição está diretamente relacionada àquilo que esperamos com este monitoramento. Se no I PNPM, a idéia era muito mais promover transparência e controle social (e a periodicidade de preenchimento era anual), neste II PNPM o que se espera é um acompanhamento da implementação da ação, para que possam ser identificados gargalos, dificuldades e/ou espaços para melhoria do que vem sendo desenvolvido. Nesse sentido, acordou-se por um monitoramento em dois momentos: i) trimestral: de informações sobre as atividades desenvolvidas. Refere-se a dados que os técnicos que estão desenvolvendo a ação conseguem reportar; ii) anual: execução financeira e física do ano para análise de natureza mais avaliativa.
- e) para além destes dois momentos, é necessário identificar informações para um momento anterior, de delineamento e conhecimento das características centrais de cada ação. Nesse sentido, seria importante ter para cada ação do Plano alguns dados, a exemplo da forma de execução, regionalização; parceiros; previsão orçamentária, entre outras. A este respeito, a SPM comprometeu-se a trazer – na próxima reunião do Comitê – uma proposta de quais dados poderiam ser coletados neste momento inicial.

7. Apresentação do orçamento final do II PNPM

Por fim, foi apresentada a tabela com o orçamento total a ser despendido – por cada ministério – com as ações do II PNPM. Informou-se que aqueles ministérios e secretarias que não haviam encaminhado suas previsões orçamentárias apareceriam com a informação “a definir”. Este é o caso do MCid, Secom, SEDH, Seppir e Secretaria Geral, da Presidência da República. No caso do IBGE, para o qual ainda não foi possível fazer previsão de gastos com as pesquisas dispostas no II PNPM, optou-se pela mesma solução. Já no caso do Ministério das Minas e Energia, cujos recursos não constam do Orçamento da União, mas de fundos específicos, decidiu-se apresentar a informação “Recursos não-orçamentários”.

Já em relação ao orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego, informou-se que o mesmo não pôde ser desagregado apenas para contemplar as políticas de gênero ou voltadas para as mulheres. A previsão encaminhada refere-se ao orçamento global de alguns programas e ações por ele desenvolvidos. Neste caso, optou-se por apresentar os dados de orçamento em uma

tabela que apresente um subtotal, apenas com os ministérios e secretarias que conseguiram desagregar seus orçamentos, e um total geral, que contabiliza o orçamento do MTE e também de outros ministérios que passam pela mesma dificuldade (a exemplo do MCid e MME).

8. Próxima reunião

A coordenação do Comitê informou que a próxima reunião será no dia 28/08, conforme calendário aprovado anteriormente e que a mesma iniciará às 09:00, sendo realizada de maneira continuada até as 12:00hs, não havendo retorno após o almoço.